

Estudo Técnico Preliminar 12/2021

1. Informações Básicas

Número do processo: 02000.002052/2021-89

2. Descrição da necessidade

2.1. A presente instrução processual refere-se à contratação de empresa especializada em prestação de serviços de Brigada de Incêndio, com âmbito de atuação no Bloco "B" da Esplanada dos Ministérios em Brasília/DF.

2.2. Nesse momento, encontra-se em vigor nesta Pasta o Contrato nº 6/2020, celebrado com a empresa Empresa ATIVA BRIGADISTA LTDA., com o supracitado objeto, vigente tão somente até 31/05/2021.

2.3. Por meio do Ofício nº 003/2021 (SEI 0711173), a referida empresa informa que por razões relacionadas ao desequilíbrio financeiro que não irá prorrogar o aludido contrato.

2.4. Considerando o fato de que, em fevereiro de 2021, a empresa concordou com a prorrogação da vigência do contrato em questão, e somente agora na iminência do fim da sua vigência se manifestou contrária à renovação, deixando a Administração sem tempo hábil para que se proceda a instrução de processo para realização de nova licitação, foi lavrada Ata de Reunião SEI 0712687, onde foi revisto por parte da empresa a sua decisão, na qual manifestou favorável a renovação contratual por um período de 4 (quatro) meses ou até findar o procedimento licitatório da nova contratação conduzida nesta instrução processual.

2.5. A prestação de serviços de brigada contra Incêndio se justifica em função da necessidade de serviços de prevenção e combate a princípios de incêndio, abandono de edificação e de prestação de primeiros socorros a vítimas, de modo a assegurar a integridade física da população, que utiliza as suas dependências, de forma permanente ou eventual no ambiente de trabalho, bem como do acervo patrimonial dos órgãos que ocupam o Bloco B da Esplanada dos Ministérios, em Brasília-DF.

2.6. A contratação dos serviços de Brigadistas, sob o regime de execução indireta e contínua, decorre da inexistência de pessoal qualificado no quadro próprio de servidores do MMA, por se tratar de cargo em extinção, nos termos do artigo 2º da Lei nº 9.632, de 7 de maio de 1998. Assim, a contratação enquadra-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018.

2.7. O serviço de Brigada de Incêndio é uma exigência normativa e se trata de serviços de atividades acessórias e complementares, tendo como objetivo estratégico, no Planejamento Estratégico, prover instalações físicas que adotem e promovam parâmetros sustentáveis e que tornem o ambiente de trabalho integrado e o convívio mais agradável, saudável, seguro e prazeroso entre os servidores, de forma a valorizar o bem-estar e a promoção da qualidade de vida e a coerência com os valores institucionais do órgão.

2.8. Diante do exposto, fica evidenciada a necessidade de continuidade da prestação dos serviços Brigada de Incêndio, para execução das atividades de prevenção e combate a princípio de

incêndios, controle de pânico, abandono de edificação e primeiros socorros, por meio de Bombeiros Civis (brigadistas) com fornecimento de materiais necessários ao funcionamento da Brigada de Incêndio, para atender as necessidades do Bloco “B” da Esplanada dos Ministérios.

2.9. Cumpre justificar a continuidade dos serviços ora em comento por mais de um exercício, no sentido de se buscar controle de padronização de rotinas, economia processual, por está previsto em portaria interna, e por ser um serviço regulamentado e acompanhado pelo poder público, inclusive quanto aos preços praticados.

3. Área requisitante

| Área Requisitante | Responsável |
|---|-----------------------|
| Coordenação Geral de Gestão Administrativa (CGGA/SPOA /SECEX) | André Vieira Ferreira |

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Os serviços a serem contratados deverão ser objeto de execução indireta e enquadrar-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que “Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União”, e Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão que “Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional”, pois referem-se à execução de atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares, relacionadas aos assuntos que constituem área de competência legal do MMA no cumprimento de sua missão institucional.

4.2. O serviço a ser contratado pode ser caracterizado como COMUM por ter padrão de desempenho e qualidade objetivamente definido neste termo, por meio de especificações usuais do mercado, não exigindo habilitação especial para a sua execução, razão pela qual se propõe a modalidade pregão para o processo licitatório, conforme termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002 e Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, art. 2º que regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dá outras providências.

4.3. O Serviço é caracterizado como CONTÍNUO, uma vez que sua interrupção pode comprometer a continuidade das atividades da Administração e causar danos ao patrimônio público, já que sua ausência prejudica a prevenção e combate a princípios de incêndio, abandono de edificação e de prestação de primeiros socorros a vítimas, de modo que a integridade física da população, bem como do acervo patrimonial do MMA e da Secretária da Cultura - Secult do Ministério do Turismo - MTUR fique extremamente comprometida, estando assim evidenciada a imperiosidade da sua prestação ininterrupta em face do desenvolvimento habitual das atividades administrativas, sob pena de prejuízo ao interesse público. Além disso, a contratação dos serviços é obrigatória para manutenção das condições de segurança da edificação prevista em normativo.

4.3.1. O serviço tem natureza continuada, com dedicação exclusiva de mão de obra, pois visa o atendimento das necessidades do Ministério, de forma contínua e por mais de um exercício financeiro, no que se refere ao apoio técnico aos servidores e dirigentes no cumprimento

eficiente das suas atribuições e competências. A realização contínua dos serviços representa um suporte ao funcionamento das atividades finalísticas do MMA e da Secult-MTUR, cuja interrupção poderia comprometer a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

4.3.2. O serviço está relacionado no artigo 1º inciso XXVIII da Portaria do Ministério do Meio Ambiente nº 116, de 24 de junho de 2015, publicada no Boletim de Serviço de 29 de junho de 2015, in verbis “Serviços de Brigadista contra incêndio” na qual foram definidos os serviços que se enquadram como de natureza contínua no âmbito deste Ministério, cujos contratos necessitam estender-se por mais de um exercício financeiro, a fim de garantir a continuidade de atividades essenciais e evitar contratações rotineiras e antieconômicas.

4.4. Serviço COM dedicação exclusiva de mão de obra, já que é imprescindível que os funcionários estejam disponíveis no Bloco B da Esplanada dos Ministérios, pela necessidade de atendimento imediato das demandas, requerendo, assim, a presença do profissional nas dependências do Ministério, ou seja, a brigada deve ser ostensiva e manter plantão, comportando assim as mais diversas atividades requisitadas.

4.5. As exigências de habilitação jurídica, de regularidade fiscal e trabalhista e de qualificação econômico-financeira serão as usuais para generalidade dos objetos, conforme será disciplinado posteriormente no edital da licitação, conforme modelo padronizado da Advocacia-Geral da União - AGU, nos termos do art. 29 da In 5/2017.

4.6. Para atendimento do objeto contratual a empresa deverá disponibilizar os Postos de Serviço *análogo ao previsto no "ANEXO VI-A SERVIÇO DE VIGILÂNCIA"* da IN Nº 05/2017 do MPOG, uma vez que será adotado o critério de remuneração da contratada por postos de serviço, tendo em vista ser um tipo de prestação de serviço que não há como medir para se chegar a um resultado.

4.7. As categorias profissionais que serão empregadas no serviço devem estar dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), sendo o Chefe da Brigada (Bombeiro Civil Lider) CBO 5171-10; e Bombeiro Civil (Brigadista) CBO 5171-10.

4.8. O licitante deve declarar que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

4.9. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, atendendo a critérios e práticas de sustentabilidade em especial as contidas no art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010 e no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no que couber.

4.9.1. Deverão ser observadas, também, durante a execução dos serviços, as orientações dos programas do MMA voltados para as práticas sustentáveis, no que se refere ao cumprimento dos temas abaixo:

- a) Economia de energia;
- b) Economia em materiais como copos e talheres plásticos descartáveis;
- c) Economia de água;
- d) Reciclagem de lixo (separação do lixo conforme indicação do MMA);
- e) Descarte correto para produtos perigosos ao meio ambiente como pilhas, lâmpadas fluorescentes, equipamentos eletrônicos, dentre outros semelhantes;

4.9.2. Caso seja constatado o registro de três ocorrências, em um período de 30 dias, por descumprimento das orientações acima, a empresa a ser contratada poderá sofrer as sanções previstas em contrato, assegurado o direito à ampla defesa e contraditório.

4.10. A duração inicial do contrato a ser celebrado deverá ser de 12 (doze) meses, seguindo os termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

4.11. Pelas características dos serviços, onde não há transferência de conhecimento, tecnologia ou técnicas empregadas, não há a necessidade de transição contratual.

4.12. Quanto às possíveis outras soluções para proteção do patrimônio e das pessoas no edifício contra incêndio, é forçoso dizer que a Norma Técnica – NT 007/2011 do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF, em seu art. 4º, subitem 4.1, determina que a edificação deve dispor de Brigada de Incêndio própria ou contratar prestadora de serviço de Brigada de Incêndio. Dado os custos operacionais de uma Brigada de Incêndio própria, este MMA optou pela contratação de prestadora de serviço de Brigada de Incêndio.

4.13. Assim, a demanda exige a contratação de empresa especializada em brigada de incêndio com mão de obra exclusiva de acordo com o risco apontado pelo CBMDF. A contratação é vinculada às determinações das Normas Técnicas (NTs) supracitadas, não podendo ser esta modificada por outras possíveis práticas de mercado. Qualquer desvinculação ou não atendimento às determinações acarretaria no descumprimento das normas de segurança, o que pode implicar na interdição do estabelecimento.

4.14. Todas estas condições acima são fruto de pesquisas na legislação, em termos de referência de contratação de serviços de brigadistas e condições da atual contratação. Neste contexto estas exigências se justificam no sentido de especificar minimamente as necessidades de serviços e projetar um patamar aceitável à uma boa execução.

5. Levantamento de Mercado

5.1. A demanda exige a contratação de empresa especializada em brigada de incêndio com mão de obra exclusiva de acordo com o risco apontado pelo CBMDF. A contratação é vinculada às determinações das Normas Técnicas (NTs) supracitadas, não podendo ser esta modificada por outras possíveis práticas de mercado. Qualquer desvinculação ou não atendimento às determinações acarretaria no descumprimento das normas de segurança, o que pode implicar na interdição do estabelecimento.

5.2. Ainda em referência as Normas técnicas, 007 e 002 do CBMDF, as contratações públicas do Distrito Federal são baseadas nas referidas normas de acordo com as particularidades de cada edifício.

5.3. Cabe ressaltar que a vedação é existente no que se refere a diminuir o estipulado pelo CBMDF, no entanto, é legítimo aumentar a equipe, se justificado. Devido a vinculação às normas, a equipe de planejamento se limitou a utilizar o mínimo indicado pelo CBMDF para o processo licitatório do pregão eletrônico, tendo em vista que a equipe foi eficiente e eficaz durante os 05 anos de contrato até então.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Trata-se da contratação de empresa especializada nos serviços de brigada de incêndio nas dependências do Bloco B da Esplanada dos Ministérios.

6.2. O contrato contará com a equipe fixa conforme item 07 e terá vigência inicial de 12 meses prorrogáveis por até 60 meses.

6.3. A empresa deverá fornecer equipamentos e ferramentas necessárias para os serviços combate à incêndio e primeiros socorros.

6.4. A brigada de incêndio tem por atribuição executar ações de prevenção e emergência nas edificações e executar ações de emergência em eventos que estimulem a concentração de público. As ações de prevenção são as atribuições fundamentais da Brigada de Incêndio na edificação.

6.5. São ações de prevenção:

6.5.1. Elaborar, implementar e propor alterações, quando necessário, ao PPCI Plano de Prevenção Contra Incêndio e Pânico;

6.5.2. Fazer rondas periódicas nos ambientes do local de atuação;

6.5.3. Identificar os riscos de incêndio e pânico existentes no local da atuação;

6.5.4. Definir procedimentos para a população em caso de sinistros e exercícios simulados;

6.5.5. Treinar a população para o abandono da edificação quanto aos procedimentos a serem adotados em caso de emergência, por meio de exercícios simulados, palestras, estágios, cursos etc;

6.5.6. Inspeccionar, periodicamente, os sistemas de proteção contra incêndio e pânico, em especial as saídas de emergência, bem como solicitar da área responsável manutenção dos sistemas preventivos que estiverem inoperantes;

6.5.7. Conhecer o funcionamento e saber operar os sistemas de proteção contra incêndio e pânico existentes no local da atuação;

6.5.8. Elaborar relatório das atividades prestadas apontando as irregularidades encontradas nos sistemas de proteção contra incêndio e pânico, riscos identificados, emergências atendidas, exercícios simulados, treinamentos e etc;

6.6. São ações de emergência:

6.6.1. Identificação da situação de emergência;

6.6.2. Auxiliar no abandono da população da edificação adotando as técnicas de abandono de área;

6.6.3. Acionar imediatamente o CBMDF, independentemente de análise de situação;

6.6.4. Verificar a transmissão do alarme aos ocupantes;

6.6.5. Combater os incêndios em sua fase inicial, de forma que possam ser controlados por meio de extintores, mangueiras de incêndio da próprio edificação e onde não haja a necessidade de uso de equipamentos de proteção individuais específicos (equipamentos autônomos de proteção respiratória, capas de aproximação etc);

- 6.6.6. Atuar no controle de pânico;
- 6.6.7. Prestar os primeiros socorros a feridos;
- 6.6.8. Realizar a retirada de materiais para reduzir as perdas patrimoniais devido a sinistros;
- 6.6.9. Interromper o fornecimento de energia elétrica e gás liquefeito de petróleo quando da ocorrência de sinistro;
- 6.6.10. Estar sempre em condições de auxiliar o CBMDF, por ocasião de sua chegada, no sentido de fornecer dados gerais sobre o evento, bem como promover o rápido e fácil acesso aos dispositivos de segurança e ao PPCI;
- 6.6.11. Dentre as ações de prevenção, a Brigada Civil deverá realizar exercícios simulados;
 - 6.6.11.1. Os exercícios simulados devem ser realizados, no mínimo, anualmente, na edificação com a participação de toda a população;
 - 6.6.11.2. O exercício simulado objetiva treinar a Brigada de Incêndio em suas atribuições e a população para o abandono seguro da edificação;
 - 6.6.11.3. Relatórios com os resultados obtidos dos simulados realizados;
- 6.6.12. Elaborar o Plano de Atuação da Brigada, contendo o Plano de Prevenção Contra Incêndio e Pânico – PPCI de acordo com a NT-007/2011-CBMDF - Artigo 4 – subitem 4.8, para as instalações atendidas, que deverá ser submetido à apreciação do Representante da Administração, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após assinatura do Contrato, com encaminhamento posterior a DST/CBMDF. após assinatura do Contrato, com encaminhamento posterior a DST/CBMDF, e deverá conter no mínimo:
 - 6.6.12.1. Dados da Empresa Prestadora de Serviços de Brigada de Incêndio – EPSBI (razão social, nome fantasia, CNPJ, endereço, telefone, número do CRB);
 - 6.6.12.2. Composição da brigada contra incêndio por turno de serviço;
 - 6.6.12.3. Recursos disponíveis (sistemas de proteção contra incêndio e pânico da edificação meios de comunicação, equipamentos de proteção, material de primeiros socorros e outros materiais);
 - 6.6.12.4. Procedimentos em situação de emergência (para cada situação de risco identificada (incêndio, pânico, emergências médicas, ações terroristas, etc;
 - 6.6.12.5. Definir claramente os procedimentos e as responsabilidades de cada membro da brigada contra incêndio sobre as ações de emergência a serem adotadas em cada caso;
 - 6.6.12.6. Ações de prevenção (rotinas de trabalho, itens a serem inspecionados nos sistemas de proteção contra incêndio e pânico, programas de treinamento da população e dos membros da brigada e execução de exercícios simulados).
- 6.6.13. Dentre as ações de prevenção, a Brigada Civil deverá também elaborar relatório das atividades prestadas;

6.6.13.1. A brigada de incêndio deve elaborar relatório das atividades executadas, disponibilizando-o em seus locais de atuação, para fiscalização do CBMDF;

6.6.13.2. O responsável pela elaboração do relatório das atividades prestadas é o Bombeiro Civil Líder;

6.6.13.3. O relatório das atividades prestadas mensalmente pela Brigada de Incêndio da edificação deve conter: os sistemas de proteção contra incêndio e pânico inspecionados, as irregularidades encontradas e as manutenções requeridas e realizadas nos sistemas, os riscos identificados, as emergências atendidas, os exercícios simulados, os treinamentos, as palestras e outras atividades que julgar pertinentes;

6.6.13.4. A brigada de incêndio tem por atribuição executar ações de prevenção e emergência nas edificações e executar ações de emergência em eventos que estimulem a concentração de público. As ações de prevenção são as atribuições fundamentais da Brigada de Incêndio na edificação.

6.6.14. Atualização – Capacitação continuada;

6.6.14.1. A capacitação continuada dos Bombeiros Civis Líderes e dos Bombeiros Civis deve ser realizada a cada 24(vinte e quatro) meses;

6.6.14.2. Os bombeiros civis deverão treinar e orientar os Brigadistas Voluntários da edificação;

6.6.15. Para o exercício da profissão, os profissionais alocados pela CONTRATADA deverão preencher os seguintes requisitos:

6.6.15.1. Bombeiro Civil Líder: profissional com qualificação e a competência para o desenvolvimento das atividades regulamentares previstas na Norma Técnica nº 007/2011-CBMDF Brigada de Incêndio, no que não contrariar a Lei nº 11.901/2009.

6.6.15.2. Exigência Legal:

a) Possuir certificado de conclusão do ensino médio;

b) Ter formação ou especialização em prevenção e combate a incêndios, salvamento e primeiros socorros, em cursos com carga horária superior a 1000 (mil) horas/aula, conforme Anexo “C” da Norma Técnica 007/2011 – CBMDF;

c) Estar credenciado no CBMDF, nos termos da Norma Técnica 006/2010 – CBMDF;

d) Curso de reciclagem dentro da validade;

6.6.15.3. Responsabilidade: Coordenar, orientar e atuar nas ações de emergência e prevenção contra incêndio e pânico na edificação onde a brigada de incêndio atue; orientar bombeiros civis no sentido de executar suas atribuições definidas na NT 006/2010-CBMDF, ou outra que vier a substituí-la, e no PPCI (Plano de Prevenção contra Incêndio e Pânico), cabendo ao Bombeiro Civil Líder executar o PPCI.

6.6.15.4. Bombeiro Civil: Profissional com qualificação e a competência para o desenvolvimento das atividades regulamentares previstas na NT 007/2011-CBMDF Brigada de Incêndio, no que não contrariar a lei nº 11.901/2009.

6.6.15.5. Exigência Legal:

- a) Possuir certificado de conclusão do ensino fundamental ;
- b) Ter formação ou especialização em prevenção e combate a incêndios, salvamento e primeiros socorros, em cursos com carga horária superior 150 horas/aula, no conjunto destas disciplinas, conforme Anexo “C” da Norma Técnica 007/2011 – CBMDF;
- c) Estar credenciado no CBMDF, nos termos da Norma Técnica 006/2010 – CBMDF;
- d) Curso de reciclagem dentro da validade.

6.6.15.6. Responsabilidade: Executar ações de prevenção e de emergência, exclusivamente no local onde atue a brigada de incêndio, com dedicação exclusiva às atribuições inerentes à sua função, sendo considerado um sistema de segurança contra incêndio e pânico;

6.6.16. Os chefes de brigada e os brigadistas deverão estar fisicamente aptos a o desempenho das atribuições da brigada de incêndio.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Em um cenário econômico onde a correta alocação de investimentos é indispensável, otimizar os gastos é essencial. Por meio de processos de terceirização, é possível melhorar os investimentos com segurança, otimizando o direcionamento dos recursos orçamentários. Além disso, por meio da terceirização, é possível ter acesso aos melhores profissionais do mercado e a equipamentos de alta tecnologia.

7.2. Os critérios de dimensionamento, atribuições, formação e atuação das Brigadas de Incêndio em edificação e eventos no Distrito Federal estão definidos na Portaria Nº 016/2009- CBMDF, de 04 de junho de 2009, que aprova a revisão da Norma Técnica Nº 002/2009- CBMDF, classificação das edificações de acordo com os riscos no Distrito Federal e que revogou a Norma Técnica Nº 011/2006-CBMDF, Classificação das Edificações de Acordo com os Riscos no Distrito Federal.

7.3. Os custos dos materiais deverão ser rateados para os postos de serviços, em item específico da Planilha de Custos e Formação de Preços, fazendo parte do valor mensal do posto.

7.4. Conforme a Lei Federal nº. 11.901/2009, a jornada de trabalho de Brigadista Particular, incluindo a do chefe de Brigada, é de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso, num total de 36 (trinta e seis) horas semanais.

7.5. Os normativos do Corpo de Bombeiros estabelecem quantitativos mínimos de postos a serem contratados em virtude do quantitativo populacional da edificação.

7.6. A população Fixa do Bloco B da Esplanada dos Ministérios prevista após o eminente retorno a normalidade está em torno de 1.400 (hum mil e quatrocentos) pessoas.

7.7. O quantitativo estabelecido para a contratação está de acordo com o Anexo A da NT 007 /2011 – CBMDF, conforme demonstrado abaixo:

| *Risco de incêndio | Composição da Brigada de Incêndio | População Fixa | | | | | | | | | |
|--------------------|-----------------------------------|----------------|---------|----------|-----------|-----------|------------|-------------|-------------|-------------|---|
| | | Até 10 | 11 a 50 | 51 a 100 | 101 a 250 | 251 a 500 | 501 a 1000 | 1001 a 2000 | 2001 a 3500 | 3501 a 5000 | Acima de 5000 para cada grupo de 4000 ou fração acima de 2000 |
| A | Supervisor | - | - | - | - | - | - | - | - | **1 | 1 |
| | Chefe | - | - | - | - | - | - | **1 | 1 | 1 | 1 |
| | Brigadista Particular | - | - | - | - | 2 | 4 | 4 | 4 | 6 | 2 |
| | Brigadista Voluntário | - | - | - | 10% | 10% | 10% | 10% | 10% | 10% | 10% |
| B1 | Supervisor | - | - | - | - | - | - | - | **1 | 1 | 1 |
| | Chefe | - | - | - | - | - | - | - | 1 | 1 | 1 |
| | Brigadista Particular | - | - | - | - | - | **1 | 1 | 4 | 6 | 2 |
| | Brigadista Voluntário | - | - | - | 2 | 4 | 4 | 4 | 10% | 10% | 10% |
| B2 | Supervisor | - | - | - | - | - | - | **1 | 1 | 1 | 1 |
| | Chefe | - | - | - | - | **1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 2 |
| | Brigadista Particular | - | - | 2 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 | 6 | 4 |
| | Brigadista Voluntário | - | 20% | 20% | 20% | 15% | 10% | 10% | 10% | 10% | 10% |
| C1 | Supervisor | - | - | - | - | - | - | **1 | **1 | 1 | 1 |
| | Chefe | - | - | - | - | - | **1 | 1 | 1 | 2 | 2 |
| | Brigadista Particular | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | Brigadista Voluntário | - | - | - | 2 | 4 | 4 | 4 | 6 | 8 | 4 |

| | | | | | | | | | | | |
|--|-----------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| | Brigadista Voluntário | 30% | 30% | 30% | 20% | 15% | 15% | 15% | 15% | 15% | 15% |
| C2 | Supervisor | - | - | - | - | - | **1 | **1 | 1 | 2 | 1 |
| | Chefe | - | - | - | - | **1 | 1 | 1 | 2 | 4 | 2 |
| | Brigadista Particular | - | - | 2 | 4 | 4 | 4 | 6 | 8 | 10 | 4 |
| | Brigadista Voluntário | 50% | 50% | 30% | 20% | 20% | 20% | 20% | 20% | 20% | 20% |
| <p>*Risco de Edificação definido pela Norma Técnica N° 02/2009 – CBMDF</p> <p>** Período de 6 horas.</p> | | | | | | | | | | | |

7.8. Risco de Incêndio: "B1" para o Bloco B da Esplanada, pelo fato do local ter um maior risco de incêndio, devido à grande concentração de papéis no arquivo do subsolo, a sala cofre do MMA e da SECULT, ambas também localizadas no subsolo do Bloco B da Esplanada dos Ministérios, o auditório com capacidade de 115 pessoas na plateia e mais 5 pessoas na bancada, totalizando 120 de capacidade máxima, restaurante com cozinha industrial no subsolo, central de gás - GLP, pavimento de garagem, todas as características que tornam a edificação um local com um maior risco de incêndio.

7.9. Dito isto a composição da Brigada de Incêndio do Bloco B ficará disposta da seguinte forma:

| Ministério do Meio Ambiente - MMA e Secretaria de Cultura - Secult Ministério do Turismo - MTUR | | | | | |
|---|---|---------|--|--------|---------------|
| Endereço: Ed. Bloco B, Localizado na Esplanada dos Ministérios, Brasília-DF | | | | | |
| COD. Cat Ser | DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DO POSTO | TURNO | QUANTIDADE | | |
| | | | CARGA HORÁRIA | POSTOS | PROFISSIONAIS |
| 2555-0 | Bombeiro Civil (Brigadista) | DIURNO | 12 (doze) horas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) brigadistas em turnos de 12 x 36 horas ininterruptas. | 04 | 08 |
| 2555-0 | Bombeiro Civil (Brigadista) | NOTURNO | 12 (doze) horas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) brigadistas em turnos de 12 x 36 horas ininterruptas. | 02 | 04 |
| 2555-0 | Bombeiro Civil líder (Chefe de Brigada) | DIURNO | 12 (doze) horas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) brigadistas em turnos de 12 x 36 horas ininterruptas. | 01 | 02 |
| Total Geral | | | | 7 | 14 |

7.10. As escalas dos brigadistas, cargas horárias e respectivos horários de trabalho, deverão observar o disposto na Lei nº 11.901/09 e na CCT - Convenção Coletiva de Trabalho da categoria.

7.11. Em razão do disposto no item 4.3.3.1 da NT 007/2011, a saber: “Fora do horário de funcionamento das atividades desenvolvidas na edificação é permitida a permanência mínima de 02 (dois) Brigadistas Particulares no local”, será permitida a redução da quantidade de postos diurnos para 2 (dois) postos durante o fim de semana, de modo que não será necessário prever o custos de horas-extras ou folguistas para os postos diurnos, em razão do revezamento dos 4 (quatro) postos.

7.12. Ficará a cargo da empresa prever em sua planilha de custos a cobertura das horas excedentes ou custo com folguistas para os postos noturnos, visando o cumprimento do Art. 5º da Lei 11.901/09, a qual dispõe que jornada do bombeiro civil é de 12(doze) horas de trabalho por 36(trinta e seis) horas de descanso, num total de 36(trinta e seis) horas semanais.

8. Estimativa do Valor da Contratação

8.1. A pesquisa de preços (SEI 0759861; 0759867) foi efetuada de acordo com a Instrução Normativa/MPOG nº 05/2014 (alterada pela IN nº 03/2017). A metodologia utilizada e a análise crítica dos valores obtidos, para apuração dos preços de referência, constam da Nota Técnica 915 (SEI 0759870). Os valores unitários de referência são os expostos a seguir:

| | DESCRIÇÃO /ESPECIFICAÇÃO DO POSTO | TURNO | QUANTIDADE | | | VALOR DO PROFISSIONAL | VALOR DO POSTO | | VALOR TOTAL MENSAL | VAL TOT. ANU. |
|-----------|---|---------|--|--------|---------------|--------------------------|-------------------|--|--------------------------|---------------------|
| | | | CARGA HORÁRIA | POSTOS | PROFISSIONAIS | | | | | |
| ITEM 1 | Bombeiro Civil (Brigadista) | Diurno | 12 (doze) horas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) brigadistas em turnos de 12 x 36 horas ininterruptas | 04 | 08 | R\$ 9.065,45 | R \$ 18.130,90 | | R \$ 72.523,60 | R \$ 870.2 |
| | Bombeiro Civil (Brigadista) | Noturno | 12 (doze) horas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) brigadistas em turnos de 12 x 36 horas ininterruptas | 02 | 04 | R\$ 9.735,48 | R \$ 19.470,96 | | R \$ 38.941,92 | R \$ 467.3 |
| | Bombeiro Civil (Chefe Brigadista) | Diurno | 12 (doze) horas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) brigadistas em turnos de 12 x 36 horas ininterruptas. | 01 | 02 | R\$ 10.545,34 | R \$ 21.090,68 | | R \$ 21.090,68 | R \$ 253.0 |
| | TOTAL | | | | | | | | R \$ 132.556,20 | R \$ 1.590 |

8.2. Os custos dos materiais deverão ser rateados para os postos de serviços, em item específico da Planilha de Custos e Formação de Preços, fazendo parte do valor mensal do posto.

8.3. Cabe ressaltar que os valores aferidos na pesquisa de preços, na aba destinada a cotação de materiais composta pela Lista de Materiais - B (Primeiros Socorros) e a Lista de Materiais - C (Equipamentos de Proteção Individual - EPI, Materiais de Arrombamento e Materiais Diversos), obteve-se o valor médio anual de R\$ 2.618,87 (dois mil seiscentos e dezoito reais e oitenta e sete centavos) para custeio referente a Lista de Materiais - B e o valor médio anual de R\$ 14.983,18

(Quatorze mil novecentos e oitenta e três reais e dezoito centavos) para custeio referente a Lista de Materiais - C, sendo que os materiais que compõem a Lista de Materiais - C deverão ter seu custo diluído nos 12 primeiros meses de contrato. Ainda com relação a Aba de Materiais da Planilha de Formação de Custos e Formação de Preços para contratação do serviço de brigada, os custos aferidos para os materiais deverão constar o rateio para cada posto que está sendo contrato no Módulo 5 destinado a insumos diversos.

8.4. Conforme a Lei Federal nº. 11.901/2009, a jornada de trabalho de Brigadista Particular, incluindo a do chefe de Brigada, é de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso, num total de 36 (trinta e seis) horas semanais.

8.5. O custo máximo estimado da contratação é de R\$ 132.556,20 (cento e trinta e dois mil quinhentos e cinquenta e seis reais e vinte centavos) e um valor anual de R\$ 1.590.674,40 (Um milhão quinhentos e noventa mil seiscientos e setenta e quatro reais e quarenta centavos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. No caso em análise, dado que a contratação envolverá o serviço de primeiros socorros e combate a incêndio por meio de bombeiros civis, não haverá parcelamento da solução.

9.2. A escolha da licitação por preço global, neste caso, que não há diversidades de serviços, torna-se mais satisfatória do ponto de vista da eficiência técnica e gerencial, por manter a qualidade do serviço. O fornecimento de tais serviços por mais de uma empresa acarretaria elevado custo de administração e uma complexa rede de coordenação entre os serviços, o que certamente comprometeria a qualidade e efetividade dos resultados para o Órgão.

9.3. Ao padronizar uma contratação única, precificam-se os serviços de maneira uniforme e evitam-se estimativas superdimensionadas através do ganho de escala num processo único. Objetivando-se ganhos de eficiência e redução de custos na operacionalização do contrato, uma gestão ativa dos serviços, adoção de fiscalização e gerenciamento dos serviços padronizados, dentre outras práticas que culminem em bons serviços prestados.

9.4. Destarte, no que se refere ao parcelamento ou não da solução, entendemos que no fracionamento da licitação não haveria economia de tempo e de recursos materiais para a Administração Pública.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não aplicável

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. As contratações públicas são instrumentos relevantes para a realização das políticas públicas. Nesse sentido, o alinhamento com o planejamento estratégico do órgão é vital para o alcance de resultados efetivos da organização quanto para a entrega de resultados à sociedade.

11.2. A contratação está prevista para o Plano Anual de Contratações - PAC 2021 do Ministério do Meio Ambiente.

12. Resultados Pretendidos

12.1. Os resultados pretendidos com a contratação são:

12.1.1. Atender as determinações do CBMDF nas suas normas técnicas: NT 007/2011 e NT 002/2016.

12.1.2. Garantir a segurança do acervo técnico e das pessoas que circulam no bloco B da Esplanada dos Ministérios contra incêndio e pânico.

12.1.3. Garantir os primeiros socorros dentro do Bloco B.

12.1.4. Disponibilizar equipe treinada e qualificada para monitorar e operar os sistemas de detecção, alarme e combate a incêndio do Bloco B da Esplanada dos Ministérios.

12.1.5 Usuários treinados e quantitativo de voluntários atendido.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Pelas características dos serviços, não será necessária adequação do ambiente organizacional.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Não se aplica

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1 Com base no exposto acima, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida, a Equipe de Planejamento da Contratação considera ser a contratação viável, além de necessária para o atendimento das necessidades e interesses do Ministério do Meio Ambiente e da Secretaria Especial da Cultura, esta enquanto condômina do Bloco B.

15.2 Diante da necessidade impar da Brigada no MMA, não podendo ser substituída por qualquer outra sem perda financeira ou organizacional a licitação para contratação de serviços de brigada é viável.

15.3 Ressalta-se que Termo de Referência a ser elaborado a partir dos documentos “Estudos Preliminares da Contratação” e “Gerenciamento de Risco”, será fruto de trabalho conjunto dos servidores que compõe a Equipe de Planejamento da Contratação, sem prejuízo de haver consulta a outros departamentos do MMA ou mesmo do Ministério do Turismo / Secretária de Cultura, cujas atuações possam contribuir com o objeto a ser contratado, e terá também como base o modelo de minuta da Advocacia-Geral da

16. Responsáveis

Integrante da equipe de planejamento e contratação conforme designado via Portaria MMA Nº 49/SPOA, DE 22 de abril de 2021.

JOSE ROMILTON ALVES RAMOS DA SILVA

Agente Administrativo

Integrante da equipe de planejamento e contratação conforme designado via Portaria MMA Nº 49/SPOA, DE 22 de abril de 2021.

OZIL OLIVEIRA SOUSA JUNIOR

Agente Administrativo

Integrante da equipe de planejamento e contratação conforme designado via Portaria MMA Nº 49/SPOA, DE 22 de abril de 2021.

MARCOS ANTONIO DA SILVA

Agente Administrativo



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

ANÁLISE DE RISCOS

Processo nº 02000.002052/2021-89

1. **RISCOS DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO**

| PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR | | | | | | | |
|---|---|--|-----------------------|---------------|---------|--|--|
| Id | Risco | Causa | Dano | Probabilidade | Impacto | Ação | Responsável |
| 1 | Não aprovação do planejamento da contratação | Falha na instrução processual | Atraso na contratação | Baixa | Médio | Preventiva: reuniões da Equipe de Planejamento com as Coordenações Gerais de Gestão Administração e de Compras e Contratos. Contingência: Análise e revisão dos pontos controvertidos para chegar a um entendimento comum. | Equipe de Planejamento, CGGA e CGCC |
| 2 | Demora na conclusão do procedimento licitatório | Rito procedimental | Atraso na contratação | Média | Médio | Preventiva: acompanhamento pela CGGA e CGCC, esclarecendo e orientando acerca do processo, com vistas à identificar falhas e/ou vícios e corrigi-los, quando necessário para seguir com a contratação. | Equipe de Planejamento, Pregoeiro, CGGA e CGCC |
| 3 | Proposta com valor superior ao máximo previsto | Alta margem de lucro ou variação nos preços entre a data da pesquisa de mercado e a data da sessão pública | Atraso na contratação | Baixa | Médio | Preventiva: pesquisa de mercado válida e acompanhamento pela CGGA e CGCC. Contingência: negociação pelo Pregoeiro junto ao vencedor da fase de lances da licitação, com vistas à obtenção de valores iguais ou inferiores aos máximos previstos; repetição da licitação. | Pregoeiro, CGGA e CGCC |
| | | | | | | Preventiva: fazer | |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|-------|-------|--|---|
| 4 | Proposta com valor abaixo do preço de mercado | Redução de preço na disputa licitatória | Pode gerar inexecuibilidade do contrato pela empresa. | Média | Alto | a pesquisa de acordo com a realidade do mercado, evitando ao máximo, proposta não realista; Contingência: verificação pelo Pregoeiro se o preço ofertado na sessão Pública está abaixo do preço de mercado, devendo entrar em contato com a licitante e informá-la dos riscos dos valores inexecuíveis antes do encerramento da fase de aceitação de propostas; repetição da licitação. | Pregoeiro, CGGA e CGCC |
| 5 | Impugnação do edital de licitação | Diversa | Atraso na contratação | Baixa | Médio | Preventiva: revisão do edital de licitação; pesquisa em licitações similares quanto às principais causas de questionamentos administrativos e jurídicos; e resposta a todos os questionamentos administrativos de forma efetiva e eficaz. Contingência: repetição da licitação. | Equipe de Planejamento da Contratação, Pregoeiro, CGGA e CGCC |
| 6 | Licitação fracassada ou deserta | Ausência de proposta válida ou de participante da licitação | Atraso na contratação | Baixa | Médio | Preventiva: pesquisa de mercado e rigor na elaboração do edital; e pesquisa em licitações similares. Contingência: repetição da licitação. | Equipe de Planejamento da Contratação, Pregoeiro, CGGA e CGCC |

| GESTÃO DO CONTRATO | | | | | | | |
|--------------------|-------|-------|------|---------------|---------|--|-------------|
| Id | Risco | Causa | Dano | Probabilidade | Impacto | Ação | Responsável |
| | | | | | | Preventiva: estabelecimento no Termo de Referência de regras adequadas para a execução | |

| | | | | | | | |
|---|--|---------|--|-------|-------|---|----------------------------------|
| 1 | Descumprimento de cláusulas contratuais pela empresa contratada | Diversa | Não execução dos serviços conforme contratado; atraso ou ausência de atendimento das demandas solicitadas | Média | Alto | contratual; regular comunicação com a empresa desde a assinatura do contrato; e solicitação de explicações detalhadas e documentadas à empresa sobre alertas de atraso. Contingência: aplicação de sanções previstas no contrato; e rescisão contratual, com a verificação quanto à possibilidade de contratação de remanescente da licitação | Fiscais do Contrato, CGGA e CGCC |
| 2 | Atraso na execução do contrato devido à intempestividade do MMA em oferecer as condições necessárias para sua realização | Diversa | Interrupção da execução dos serviços | Baixa | Médio | Preventiva: estabelecimento de cronograma adequação no âmbito do MMA; e definição dos atores responsáveis pelos ajustes necessários à execução. Contingência: verificação das causas e correções. | Fiscais e Gestor do Contrato |
| 3 | Descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS | Diversa | Garantia de existência de saldo financeiro para fazer frente aos encargos trabalhistas devidos aos funcionários contratados pela empresa terceirizada para a prestação do serviço de Brigada | Baixa | Alto | Previsão no Estudo Preliminar, Termo de Referência e no edital da Criação da Conta - Depósito Vinculada — bloqueada para movimentação. Previsão legal, Art. 2º da Portaria nº 409, de 21 de dezembro de 2016 e Art. 17 da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017. | Fiscais do Contrato, CGGA e CGCC |

O presente documento segue aprovado e assinado pelos Integrantes da Equipe de

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

José Romilton Alves Ramos da Silva, matrícula SIAPE nº 2988874;
Ozil Oliveira Sousa Júnior, matrícula SIAPE nº 1787066;
Marcos Antonio da Silva, matrícula SIAPE nº 1839189.



Documento assinado eletronicamente por **José Romilton Alves Ramos da Silva, Agente Administrativo**, em 06/08/2021, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ozil Oliveira Sousa Júnior, Fiscal de Contrato**, em 06/08/2021, às 15:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Antonio da Silva, Agente Administrativo**, em 06/08/2021, às 15:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0759883** e o código CRC **9035D673**.